

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 3 – Número 58 – 4 de fevereiro de 2013

PJe-JT

PJe-JT chega a 93 Varas esta semana



A semana foi marcada pela instalação do PJe-JT em 93 Varas do Trabalho de quatro estados.

Os municípios de Macapá (AP), Florianópolis (SC), Cabo do Santo Agostinho (PE) e Rio de Janeiro (RJ) já estão equipados com o processo judicial eletrônico, e iniciam o ano de 2013 com mais agilidade e menor burocracia no cumprimento da prestação jurisdicional.

O novo Fórum de Florianópolis (TRT 12ª Região) foi inaugurado na sexta-feira (31) já com o PJe-JT instalado nas sete Varas que o compõe, e a primeira ação a tramitar pelo sistema foi proposta por uma coordenadora de recursos humanos contra uma rede de supermercados da cidade. “É um grande salto para a unificação dos sistemas de tramitação processual do Judiciário”, disse o advogado Felipe Iran Caliendo, que protocolou a ação.

Em Macapá (TRT 8ª Região), o sistema foi implantado em duas Varas do Trabalho (1ª e 2ª), mas até o final de fevereiro as outras duas Varas da capital também passam a operar pelo PJe-JT. A solenidade ocorreu dia 28 de janeiro, com a presença do presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen, do governador do Estado do Amapá, Camilo Capiberibe, e diversas autoridades.

Em seguida, dia 30 do mês passado, o presidente do TRT da 6ª Região (PE), desembargador André Genn, coordenou a cerimônia de implantação do PJe-JT no Fórum Trabalhista do Cabo de Santo Agostinho, quando destacou que o sistema rompe o “ultrapassado modelo em que cada Tribunal representava uma ilha na repetição de tarefas”, e permite o compartilhamento nacional de novos aprimoramentos.

“Esse é o maior sistema de processo eletrônico no mundo, o que gera economia para os cofres públicos e traz diversos benefícios à sociedade”, afirmou o ministro João Oreste Dalazen, na cerimônia de instalação do PJe-JT na capital do Rio de Janeiro. Sede do primeiro TRT, as 82 Varas do Trabalho da cidade agora já estão preparadas para funcionar via processo eletrônico. O presidente do TST e CSJT destacou que está prevista a instalação do sistema em 125 das 134 VTs do Regional, até o final deste ano, reforçando a posição do TRT/RJ como protagonista na expansão da nova ferramenta, por se tratar do primeiro Regional de grande porte a ter o programa instalado em uma capital.

(Rafaela Alvim/CSJT)

Caros (as) colegas

O amanhecer de um novo ano inspira-nos à renovação das esperanças e ilumina-nos com a alegre expectativa de nos aplicarmos em novas e desafiadoras realizações.

Ao início deste ano de 2013, quero abraçar a cada colega juiz do trabalho, augurando que o recesso tenha cumprido sua finalidade de repouso e recolhimento junto à família e aos amigos, renovando-os com as forças necessárias para retomarmos o embate cotidiano de nossa superior missão de distribuir justiça no mundo do trabalho.

Inauguramos um ano decisivo para a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, o PJe-JT. Pouco mais de um ano após o 5 de dezembro de 2011, quando lançamos a primeira vara-piloto, em Navegantes, Santa Catarina, o país já conta com centenas varas do trabalho que funcionam com o apoio dessa importante ferramenta de aprimoramento e de fortalecimento da celeridade e, por via de consequência, da efetividade da Justiça. Ainda em janeiro, atingiremos a 281ª vara do trabalho eletrônica, em Florianópolis, Santa Catarina. Todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho já contam com unidades no PJe-JT e quatro capitais, Aracaju, Cuiabá, Fortaleza e Florianópolis já têm todas as suas varas a funcionar com o novo sistema.

A Meta proposta pelo Conselho Nacional de Justiça, de implementarmos em 10% das varas do trabalho de todo o país o Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho foi ultrapassada, porque encerramos 2012 com 17,08% das varas do trabalho equipadas com PJe-JT.

Os desafios continuam a nos provocar o espírito e a exigir de nós o máximo empenho e a mais intensa dedicação. A revolução que se instalou na Justiça do Trabalho com essa nova ferramenta está apenas no começo! Precisamos de afinco na capacitação, de rigor na utilização do sistema e de ânimo nas críticas construtivas, para sempre avançarmos em direção à melhor prestação jurisdicional.

Agora será a vez do TST, primeiro Tribunal Superior a implantar sistema de Processo Judicial Eletrônico, completando o ciclo, que se inicia no primeiro grau, passando pelos Tribunais Regionais, com um único sistema. Dia 26 de fevereiro, implantaremos os sistema do PJe-JT na 6ª Turma do Tribunal.

Ao lado dessa batalha, antevemos outras, que decorrem do prosseguimento dos programas que vimos abraçando desde 2011.

O [Programa Trabalho Seguro](#), mediante o qual falamos para milhares de operários em todos os canteiros de obras da Copa de 2014, movimentou, com o apoio imprescindível dos gestores regionais, todos os Tribunais do Trabalho, com a promoção de campanhas, cursos e programas locais de capacitação. Descortina-se, em breve, a terceira fase do Programa, sob o comando dos gestores nacionais, para aprofundarmos a cultura da prevenção de acidentes.

Não perderemos, ainda, de vista a atenção urgente e constante à fase de execução. De um lado, mobilizando-nos [junto ao Congresso Nacional](#) para a aprovação do [PLS 606/2011](#), que reforma o processo de execução trabalhista. De outro, revisitando as atitudes quotidianas e buscando sempre melhores práticas, com o fim de dar efetividade real à tutela que entregamos com as sentenças.

Uma nova frente de desafios já se incorporou às políticas públicas da Justiça do Trabalho, desde outubro de 2012. Refiro-me à luta pela erradicação do trabalho infantil. Como se recorda, o Brasil assumiu compromisso perante a comunidade internacional, de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e todas as formas até 2020. A Justiça do Trabalho não se omite frente a essa perniciosa e inadmissível chaga social. Com todos os avanços que já foram alcançados, os números indicam que 89.000 crianças de 5 a 9 anos trabalham no Brasil.

Além de insistirmos na competência material da Justiça do Trabalho para autorizar o trabalho em idade inferior a 16 anos, fora das hipóteses de aprendizagem, a Justiça do Trabalho participa, ainda, da organização da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, a realizar-se em outubro de 2013, e tem assento no [Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI](#).



Foto: Aldo Dias

Notas

Mais de 50 mil processos já tramitam pelo PJe-JT

Implantado em novembro de 2011, o PJe-JT já contava, até 21 de janeiro de 2013, com mais de 50 mil processos em tramitação. Desde a implantação, ocorreram 19.539 audiências e outras 35.890 foram designadas em 1º grau, além dos 3.157 processos eletrônicos tramitando em 2º grau, com 14 audiências realizadas e 13 designadas. No duplo grau de jurisdição, 29.623 advogados atuaram por meio do PJe-JT. [Veja aqui matéria na TV TST.](#)

Tecnologia e aumento de pessoal reduzem tempo de tramitação de processos

De 569 para 472 dias: o tempo médio de tramitação de processos no TST diminuiu 97 dias em 2012. A redução, que representa mais de três meses, revela que o Tribunal atingiu, com dois anos de antecedência, uma meta projetada para 2014. O índice é um indicador da primeira meta institucional do planejamento estratégico do TST, que prevê a redução em 5% ao ano, a partir de 2011, do intervalo entre o andamento inicial e a baixa do processo e arquivamentos. Para se chegar a esse resultado, dois fatores foram fundamentais, segundo os responsáveis pela meta institucional: o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas específicas e o aumento do número de servidores lotados nos gabinetes, área fim por excelência do Tribunal. [Veja aqui a matéria completa.](#) (Carmem Feijó/TST)



Programa Trabalho Seguro terá dois atos em fevereiro

O ano começa com mais dois atos do programa [Trabalho Seguro](#). Dia 15 deste mês, o ato será realizado no pier nº 14 do [complexo Portuário Ponto da Madeira](#), em São Luís do Maranhão. Dia 22 de fevereiro, o programa, focado no setor da construção civil, vai até o Parque Albano Franco, em Campo Grande (MS). (Marta Crisóstomo/TST)

Fale com o presidente
caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho

Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 58 – 4 de fevereiro de 2013

Secretaria de Comunicação Social do TST Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

A busca de solução para o problema remuneratório do Poder Judiciário não cessa, mas, ao contrário, fortalece-se. Condições de trabalho adequadas para servidores e magistrados não prescindem de contraprestação justa.

Conclamo todos a mantermos a unidade e a união que vêm caracterizando o funcionamento institucional da Justiça do Trabalho, sempre com vistas a prestar a tutela essencial, precisa, tempestiva e útil!

Ótimo 2013 a todos!
Um grande abraço.

João Oreste Dalazen
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Notícias



PJe-JT será instalado no TST em 26 de fevereiro

Está marcada para o dia 26 de fevereiro de 2012 a instalação, no TST, do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT). Entre outras medidas, o Tribunal começou, mês passado, a capacitação de um grupo de 20 servidores de gabinetes e da área judiciária que atuarão como multiplicadores do conhecimento. Com a implantação, a

Justiça do Trabalho “será o primeiro segmento do Judiciário a instituir um sistema único e uno de processo eletrônico”, assinala o presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen.

A implantação do PJe-JT marca uma nova etapa de um processo formalizado em março de 2010, quando o TST assinou com o CNJ um termo de cooperação visando ao desenvolvimento de um sistema único para todas as unidades da Justiça do Trabalho. O novo sistema deveria substituir, gradativamente, as diversas ferramentas que até então vinham sendo adotadas e desenvolvidas, isoladamente, pelos TRTs e pelo próprio TST. O sistema já funciona em todas as 24 Regiões da Justiça do Trabalho. Em média, 10% das decisões regionais chegam ao TST por meio de recursos de revista ou agravos de instrumento. Diante disso, era necessário o desenvolvimento do módulo de terceiro grau, integrado aos anteriores, para garantir a continuidade da tramitação eletrônica. É este módulo que começará a funcionar no TST agora. [Veja a matéria completa.](#) (Carmem Feijó e Marta Crisóstomo/TST)

JT é recordista em recebimento e solução de processos

Na sessão do Órgão Especial que abriu dia 1º de fevereiro o ano judiciário de 2013 no TST, o presidente da Corte, ministro João Oreste Dalazen, destacou o crescimento do número de novos processos e o desempenho da Justiça do Trabalho na sua solução. Os dados, afirma o ministro, demonstram que “certamente a Justiça do Trabalho Brasileira é a recordista mundial no recebimento de novas ações trabalhistas e certamente na solução de novos processos trabalhistas”. O TST recebeu, em 2012, 237.281 processos, 12,2% a mais que em 2011, e solucionou 234.953 (13,5% a mais).

O ministro manifestou a expectativa de que, em 2013, ocorra uma redução no número de processos recebidos, principalmente a partir daquela data, quando passa a vigorar a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que determina a adoção de um novo termo de rescisão do contrato de trabalho, mais minucioso e detalhado do que o atual. Para Dalazen, o novo documento – mais detalhado inclusive quanto ao pagamento de horas extras e o percentual pago – pode esclarecer melhor o trabalhador quanto ao que foi recebido, e este talvez deixe de ingressar com reclamação trabalhista para cobrar direitos já cumpridos. [Veja aqui mais detalhes sobre a abertura do ano judiciário trabalhista.](#)

(Dirceu Arcoverde, Cristina Gimenes e Carmem Feijó/TST)

Primeira audiência do Núcleo de Conciliação do TST resulta em acordo

A primeira audiência do [Núcleo Permanente de Conciliação \(Nupec\)](#) do TST, dia 9 de janeiro, terminou em êxito: a União e o MPT chegaram a um acordo no caso da terceirização de mão de obra na Diretoria de Portos e Costas (DPC), órgão da Marinha do Brasil. A terceirização na DPC - num primeiro momento realizada por convênio com a Fundação de Estudos para o Mar (Femar) e atualmente por meio de contratos de prestação de serviços - é questionada pelo MPT, que entende que os postos devem ser providos por concurso público. Por determinação do presidente João Oreste Dalazen, que conduziu a audiência, depois de ouvidas as partes, o processo ficará suspenso até 25 de março, quando a União deverá apresentar uma proposta de cronograma das etapas para a regularização. Até lá, a questão será tratada em reuniões entre a União e o Ministério Público, a fim de que se formalize a conciliação. A próxima audiência do Nupec será dia 14 próximo.

O Nupec foi instituído pelo Ato [TST.GP 732/2012](#), de novembro de 2012, assinado pelo ministro Dalazen. O Núcleo estabelece a rede de conciliação da Justiça do Trabalho, e é uma iniciativa inédita em Tribunais Superiores, de acordo com a Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, instituído pela [Resolução nº 125/2010 do CNJ](#).

(Demétrius Crispim e Marta Crisóstomo/TST)